

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 95.173 - RS (2018/0039397-4)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
RECORRENTE : **FLÁVIO MEZZOMO**
ADVOGADOS : **ANDREI ZENKNER SCHMIDT - RS051319**
 BRUNA ASPAR LIMA - RS064164
 TAPIR TABAJARA CANTO DA ROCHA NETO - RS084515
 GUILHERME BOARO - RS097795
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO**
 SUL

EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. OFENSA À SAÚDE PÚBLICA. CRIME PREVISTO NO ART. 272, § 10-A, DO CÓDIGO PENAL – CP. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AOS INTERESSES DA UNIÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. COAÇÃO ILEGAL INEXISTENTE. RECURSO DESPROVIDO.

1. O artigo 109, inciso I, da Constituição Federal – CF prescreve competir à Justiça Federal processar e julgar *as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho*, ao passo que o inciso IV confere à esfera federal competência para analisar *os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral*.

No caso dos autos, as circunstâncias não são hábeis a afastar a competência da Justiça Estadual para processar e julgar o feito, na medida em que as condutas apuradas – crimes contra a saúde pública – tem a consumação no momento em que a substância se torna nociva à saúde. No ato da fabricação e comercialização inicial, a competência se encontrava definida. O caráter interestadual da comercialização dos produtos não tem o condão, por si só, de atrair a competência da Justiça Federal para o caso. Não se verifica ofensa direta e específica a bens, serviços ou interesses da União ou de qualquer de suas entidades, a afastar o interesse da União na apuração dos fatos.

2. Recurso ordinário desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por

unanimidade, negar provimento ao recurso.

Os Srs. Ministros Felix Fischer, Jorge Mussi, Reynaldo Soares da
Fonseca e Ribeiro Dantas votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

